

## **POLÍTICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ – SP**

### ***PUBLIC POLICY FOR SCHOOL INCLUSION OF STUDENTS WITH DISABILITIES IN THE CITY OF SANTO ANDRÉ – SP***

#### **ARTIGO**

##### **Maraligia Silva<sup>i</sup>**

Universidade Municipal de São Caetano do Sul -  
Uscs

E-mail: maraligia25@gmail.com

##### **Alissandra Marques Freitas**

Universidade Municipal de São Caetano do Sul -  
Uscs

E-mail: alissandramf@yahoo.com.br

##### **Sanny Silva da Rosa**

Universidade Municipal de São Caetano do Sul -  
Uscs

E-mail: sanny.rosa@prof.uscs.edu.br

Editor desta Edição da RECS:  
Dr. Marion Machado Cunha

#### **RESUMO**

Este trabalho tem como base duas pesquisas que se propõem a estudar a evolução das Políticas Públicas implementadas pelo município de Santo André no ABC Paulista, na sua rede própria de ensino. São duas dissertações de mestrado sendo desenvolvidas na Universidade de São Caetano do Sul e que tem as Políticas Públicas em Educação Inclusiva como ponto comum. Este trabalho se configura a partir da inclusão de alunos com deficiência em duas escolas da rede pública municipal, na perspectiva do diretor escolar, entendendo-o como figura essencial ao processo de inclusão escolar do aluno com deficiência. A pesquisa vem numa perspectiva qualitativa e procura investigar por meio da análise de documentos e pesquisa de campo como os diretores escolares, do ponto de vista de suas atribuições e de suas ações de alcance pedagógico, podem contribuir para que a inclusão educacional seja entendida como oportunidade de crescimento pessoal e coletivo, exercício de cidadania e aprendizagem significativa para todos.

**Descritores:** políticas de educação inclusiva, diretor escolar, Santo André

#### **ABSTRACT**

This work is based on two studies that aims to research the evolution of the Public Policies implemented by the city of Santo André in ABC Paulista, in its own educational network. Those two master's dissertations were developed at the University of São Caetano do Sul and both focus at Public Inclusive Education Policies. This work is framed by the inclusion of students with disabilities in two public schools and understands the school principal as a elementary figure during the inclusion process of students with disabilities. The research comes from a qualitative perspective and seeks to investigate through document analysis and field research how principals can contribute from their point of view and pedagogical scopes, attributions and actions, so that educational inclusion is understood as an opportunity for personal and collective growth, and as way to exercise citizenship and meaningful learning for everyone.

**Descriptors:** inclusive education policy, school manager, Santo André.

## 1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho pretende tratar das pesquisas iniciais sobre a evolução das Políticas Públicas em Educação Inclusiva no município de Santo André, no ABC Paulista. A pesquisa é o ponto comum em duas dissertações de mestrado que vêm sendo desenvolvidas na Universidade de São Caetano do Sul.

Por tratar-se de trabalhos ainda em andamento, o objetivo desse artigo é trazer as reflexões que levaram ao interesse nessa pesquisa a partir das experiências das autoras na educação do município. Partindo de suas vivências acerca do impacto dessas políticas no cotidiano escolar, estabelecem relações com pesquisas realizadas anteriormente sobre a mesma temática para aguçar as reflexões.

A discussão do tema se concretiza a partir da figura do diretor escolar, entendendo seu papel como essencial ao processo de inclusão escolar do aluno com deficiência.

Afirmar que Todos são sujeitos de direitos é muito simples, porém, diante da dificuldade de um olhar aberto para a diversidade, há que se pensar nas possibilidades de um sistema de regulação, objetivando a garantia de direitos da pessoa com deficiência, como sugerido na Política Nacional na perspectiva da Educação Inclusiva de 2008,

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008, p. 1).

A legislação vigente deve suscitar discussões para o desenvolvimento de políticas públicas que transformem as práticas pedagógicas, considerando o DUA (Desenho Universal de Aprendizagem) e aprimorando os conhecimentos prévios com o conteúdo bibliográfico e aporte teórico coerente para a construção de uma educação de qualidade para todos.

Inclusão significa ser parte de algo, formar parte do todo, enquanto excluir significa apartar, expulsar. Vivemos esse dilema constantemente na nossa vida, na escola e em diversos segmentos da sociedade. A diversidade ainda causa estranheza, dúvidas, inseguranças, recusa. Os indivíduos, em geral, têm dificuldade para olhar o outro para além da sua diferença; a natureza do ser é olhar essa diferença como impedimento e não como possibilidade. Entretanto, acreditamos que é possível transformar esse olhar, entendendo a diversidade como fator de completude e favorecimento do desenvolvimento humano.

Os resultados positivos da prática inclusiva, considerando sua abrangência em relação a pessoas com deficiência, gênero, etnia, raça, podem ser potencializados quando há uma rede de apoio envolvida no processo (família, comunidade, escola, serviços de apoio) garantindo o respeito à diversidade e entendendo-a como facilitadora nos processos de desenvolvimento do indivíduo.

É fato que processo de inclusão se depara com diversos entraves na sua implementação que vão desde a percepção e sensibilidade das pessoas envolvidas neste processo até as condições estruturais necessárias, como recursos humanos e materiais propriamente dito. Mais que isso, há que se ter um entendimento de que a diversidade faz parte da natureza humana e, assim sendo, ela deve contribuir nos processos de desenvolvimento de todos.

Considerando que a inclusão escolar não se resume na inserção dos indivíduos no ambiente escolar, não sendo assim uma educação inclusiva, faz-se necessária uma transformação estrutural da escola, retomando sua função de educar a todos com qualidade e equidade, através de objetivos, estratégias e recursos favoráveis ao desenvolvimento dos

alunos, de acordo com suas habilidades e possibilidades.

Para se alcançar uma sociedade inclusiva é necessário estimular discussões e reflexões que possibilitem a quebra de paradigmas que ainda permeiam o imaginário coletivo a respeito da inclusão de pessoas com deficiência. Mais que isso, há que se fazer valer os direitos dessas pessoas, já garantidos por lei, mas que são constantemente desrespeitados.

O princípio da equidade precisa ser difundido e entendido em sua essência. Como nos diz Santos (1999): “temos o direito à igualdade, quando a diferença nos inferioriza, e direito à diferença, quando a igualdade nos descaracteriza!”

Partindo de todas essas reflexões e das nossas experiências trabalhando diretamente no processo de implementação na rede, a pesquisa se constitui a partir do seguinte objetivo geral: descrever a trajetória inicial de duas pesquisas que estudam a implementação das Políticas Públicas de Inclusão Escolar no município de Santo André, no ABC Paulista.

Quanto à metodologia, partiu-se de uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. Os procedimentos de coleta de dados incluem: análise de documentos; aplicação de questionários e realização de entrevistas com os seguintes sujeitos: gestores, professores, funcionários, pais e alunos de escolas da rede municipal de Santo André.

## **2 MARCOS INTERNACIONAIS E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA**

Diante de uma conjuntura complexa e cheia de nuances como é a política de Educação Inclusiva, faz-se necessário contextualizar a evolução das iniciativas acerca dessa política no mundo. Para muitos autores, a Declaração de Salamanca é um dos principais documentos mundiais que visam a inclusão social, como desdobramento da Declaração sobre Educação para Todos de 1990.

A Declaração de Salamanca é também considerada inovadora porque, conforme diz seu próprio texto, ela

[...]proporcionou uma oportunidade única de colocação da educação especial dentro da estrutura de “educação para todos” firmada em 1990 (...) promoveu uma plataforma que afirma o princípio e a discussão da prática de garantia da inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais nestas iniciativas e a tomada de seus lugares de direito numa sociedade de aprendizagem. (MENEZES; SANTOS, 2001, n.p.).

Outro ponto que se fortaleceu a partir desse documento foi justamente a inclusão educacional, quando passamos a considerar que as crianças devem aprender juntas, independentemente das necessidades e/ou dificuldades que tenham e que as diferenças não são impedimento, mas sim um complemento para o desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes.

Esse e outros marcos internacionais movimentaram a sociedade brasileira, que passou a se mobilizar para que os documentos internacionais se traduzissem em legislação favorável às práticas inclusivas em nossas escolas

Um bom exemplo é o Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007, cujo principal objetivo é assegurar equidade de direitos humanos e liberdades fundamentais a todas as pessoas com deficiência.

Desde então há investimento em políticas públicas para que as redes de ensino trabalhem na perspectiva da Educação Inclusiva, mesmo porque outros documentos, declarações e leis foram criados para garantir o direito à educação, cultura e cidadania a todos.

Em 2008 o Brasil dá um passo importantíssimo para implementação da Educação Inclusiva nas escolas brasileiras através do lançamento da “Política Nacional de Educação

Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (MEC/SECADI 2008). Através da sistematização de políticas públicas de educação, o documento busca uma educação de qualidade para todos os estudantes, sem distinção.

Finalmente, em 2015 é instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146 de 6 de julho de 2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, cujo objetivo é promover a inclusão social e cidadania das pessoas com deficiência, assegurando o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais (art. 1º). Define ainda, em seu artigo 2º, parágrafo 1º, que a avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, considerando, entre outros fatores, os socioambientais, psicológicos e pessoais.

O pleno exercício dos direitos e liberdades fundamentais, passa, obrigatoriamente, pela educação. É fundamental resgatar uma escola de qualidade para todos. Sobre essa escola, Carvalho nos diz que:

A escola deve ser, também, o espaço da alegria, onde os alunos possam conviver, desenvolvendo sentimentos sadios em relação ao “outro”, a si mesmo e em relação ao conhecimento. Para tanto, a prática pedagógica deve ser inclusiva, no sentido de envolver a todos e a cada um, graças ao interesse e à motivação para aprendizagem. (CARVALHO, 2004, p. 32)

Porém, se por um lado o cenário que se observa hoje é de avanço em relação às oportunidades e quantidade de alunos incluídos nas redes regulares de ensino, por outro observamos que o investimento em políticas públicas nem sempre avança na mesma proporção. Junta-se a isso a resistência de todas as partes envolvidas: insegurança da família, falta de informação e formação de professores e estrutura material reduzida nos leva a uma equação nem sempre favorável para que a inclusão escolar aconteça com qualidade.

Em meio a tudo isso encontra-se o gestor da escola, que precisa garantir a organização escolar de modo a atender as necessidades de todos os atores envolvidos no processo de inclusão, favorecendo o desenvolvimento e aprendizagem de todos.

Ainda na Declaração de Salamanca (1994), também se pode encontrar referências à importância do trabalho do diretor escolar no que toca à educação inclusiva

Administradores locais e diretores de escolas podem ter um papel significativo quanto a fazer com que as escolas respondam mais às crianças com necessidades educacionais especiais, desde que a eles sejam fornecidos a devida autonomia para que possam fazê-lo (UNESCO, 1994, p.8).

Pensar uma educação de qualidade para todos implica em mudança na forma como a administração escolar é exercida, bem como nos papéis ocupados pelos membros da organização escolar. Ao se buscar uma direção mais coerente para os rumos da administração escolar “[...] deixam de existir os motivos pelos quais esses profissionais ficam confinados aos gabinetes, sem tempo para conhecer o que acontece nas salas de aula e delas participar” (Mantoan, 2001, p.116).

Carvalho (2004) também corrobora com a importância da gestão escolar para que a educação inclusiva se constitua dentro das escolas, salientando que é “indispensável a interlocução com todos os companheiros que atuam a nível micropolítico, dentre os quais destaco aqueles que estão interagindo com os alunos, seja na condição de gestores e, principalmente, como regentes de uma turma.” (CARVALHO, 2004, p.101)

O planejamento de grandes metas e políticas acontecem num nível macro, mas é nas escolas, no micro, na articulação do gestor e seus pares, buscando o interesse coletivo, que esse planejamento é posto em prática

### 3 O MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ E AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Chegando ao município de Santo André temos, a partir da eleição do prefeito Celso Daniel (Partido dos Trabalhadores, 1989-1992) uma mudança significativa no modelo de administração municipal. Princípios de gestão democrática, pautada na participação popular e na inclusão social tomam corpo, principalmente a partir da promulgação da Lei Orgânica Municipal, em 1990. Este documento marca a mudança de paradigma que a gestão municipal imprimiria na cidade, com reflexos definitivos na educação. Tem início o processo de “inclusão” dos alunos com deficiência nas escolas municipais, conforme podemos verificar no trecho da Lei:

Art. 253 - O Município assegurará, em sua rede oficial de ensino, educação especial às pessoas portadoras de deficiência e às autistas, por meio de ações educativas com vistas às suas particularidades, com a finalidade de garantir o máximo desenvolvimento de suas potencialidades, bem como sua integração no convívio social. (PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ, 1990, p. 2)

Após um período de retrocesso, durante a gestão do prefeito Newton Brandão (Partido Trabalhista Brasileiro, 1993-1996), onde os alunos com deficiência foram transferidos para salas especiais, criadas dentro de algumas das Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental, a Educação Inclusiva volta à pauta da gestão municipal.

Em 1997, primeiro ano da segunda gestão do prefeito Celso Daniel, em publicação dedicada ao plano anual da Secretaria de Educação, o prefeito institui a Educação Inclusiva como marca de governo e inclui a Educação como uma das cinco prioridades de seu governo.

A esse respeito, ele declara na apresentação do documento que:

A prioridade dada à educação resulta da compreensão de que não poderemos adentrar o próximo milênio em novas e superiores condições econômicas e sociais sem que milhares de crianças, jovens e adultos tenham direito à educação. (PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ, 1997, p.5).

Embora tenhamos vivido avanços e retrocessos desde essa publicação, é inegável o protagonismo e a importância desse marco histórico para a constituição da Rede Municipal de Santo André como uma rede que busca uma educação de qualidade para todos os seus alunos, sem distinção.

Dada sua relevância, antes de nós, outras colegas de trabalho escreveram sobre o tema. Seus estudos contribuíram para as reflexões apresentadas aqui

Batistão (2013) na dissertação intitulada “Educação Inclusiva ou Educação para Todos? Contribuições da teoria histórico-cultural para uma análise crítica da realidade” trata especificamente da inclusão no município de Santo André, analisando e estabelecendo a relação entre a gestão de política de Estado no campo da Educação e todos os envolvidos na construção do processo educacional inclusivo.

Como resultados da pesquisa, a autora aponta para ações a serem valorizadas pelo poder público, a fim de garantir uma Educação Inclusiva de qualidade, como: a ampliação do Atendimento Educacional Especializado (AEE); a reorganização de tempos e espaços da escola; a busca de um maior comprometimento do coletivo escolar junto aos alunos com deficiência e a necessidade de formação para as equipes escolares.

Destacamos que a descrição de parte da trajetória acerca da temática e a linha do tempo das políticas públicas para Educação Inclusiva em Santo André efetuadas pela autora veio ao encontro de um dos meus objetivos nesta pesquisa, contribuindo sensivelmente, como fonte de informação e consulta, incorporando a análise documental.

Na dissertação “A política pública de inclusão educacional de pessoas com deficiência na rede pública municipal de Santo André”, Sousa (2013) também concentrou suas pesquisas no município em destaque, tendo como foco o processo de implantação do CADE.

Sousa (2013) apontou dificuldades no decorrer da pesquisa, devido ao período eleitoral

em curso, mas elencou propostas de intervenção no processo de inclusão no município, considerando aspectos como: acessibilidade, formação, apoio e parceria com as famílias, dentre outros.

Consideramos muito pertinente a reflexão que faz a pesquisadora sobre a relação entre as mudanças partidárias e os investimentos em formação aos profissionais da rede, o que interfere diretamente no progresso das discussões a respeito da inclusão educacional.

O resgate histórico das políticas públicas para Educação Inclusiva do município e a temática do Centro de Atenção ao Desenvolvimento Educacional (CADE) contribuíram diretamente com o trabalho. Primeiro porque, como já mencionado, a aplicação das políticas públicas perpassa, obrigatoriamente, pela estrutura do CADE. Segundo porque foi no CADE onde construí minha trajetória profissional acerca da Educação Inclusiva. Vivi pessoalmente boa parte das questões apresentadas, em uma relação de trabalho e também de afeto, comprometimento e transformação.

Voltando à temática das políticas de inclusão da rede municipal de Santo André, Nascimento (2018) estudou, em sua dissertação de mestrado, “O processo de implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, mapeando práticas possíveis e obstáculos encontrados por professores e assistentes pedagógicos na implementação da política.

Os resultados da pesquisa de Nascimento (2018) evidenciam o fortalecimento das políticas inclusivas, principalmente após a adesão do município à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, processo ocorrido em 2008.

Segundo Nascimento (2018) a adesão fortaleceu a atuação do CADE na implementação das políticas públicas voltadas à inclusão educacional. Outras conquistas foram mencionadas pela autora, dentre essas, a criação do Polo Bilíngue de Surdez, a criação das Salas de Recurso Multifuncionais e a oferta de formação aos profissionais da Educação.

Em contrapartida, Nascimento (2018) também ressalta pontos que ainda necessitam de atenção e investimento por parte do poder público, como a ampliação do número de profissionais do CADE e a necessidade de uniformizar a atuação dos profissionais itinerantes nas unidades escolares. Indica-se também a necessidade de aumentar a abrangência da formação dos professores acerca da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Nascimento (2018) também menciona os prejuízos decorrentes das mudanças político-partidárias na gestão do município. Mais uma vez pudemos identificar aproximações em relação ao objeto da pesquisa.

Suas reflexões sobre as políticas públicas do período de sua pesquisa e análise do ponto de vista de uma parcela da equipe escolar também contribuíram para o aprofundamento das reflexões acerca do presente objeto de pesquisa.

Analisando o material compilado a respeito das políticas públicas de Santo André, foi possível observar que os estudos destacados se complementam, trazendo pontos de vista diferentes de modo a fortalecer e expandir as reflexões propostas pelas pesquisas em questão.

Neste sentido, as pesquisas se justificam pela necessidade de um aprofundamento sobre como as ações do diretor escolar podem favorecer o processo de inclusão educacional dos alunos com deficiência.

A relevância deste estudo encontra-se na possibilidade de que os achados das pesquisas possam agregar saberes e conhecimentos no que tange ao desenvolvimento e melhoria da gestão das escolas.

Dar visibilidade, especificamente, às ações do diretor escolar, visando o favorecimento dos processos de inclusão dos alunos com deficiência e agregando novos registros ao percurso histórico da Educação Inclusiva no município à luz das políticas públicas implementadas no próprio município, mostra-se uma contribuição importante à rede municipal de ensino.

## 4 RESULTADOS

Analisando documentos e escritos acerca da Inclusão Escolar e, em específico da figura do diretor escolar nesse processo, há necessidade de um melhor aprofundamento das relações e definição do papel que cada envolvido nesse processo, agregando saberes ao desenvolvimento de políticas públicas destinadas ao próprio município.

Conforme Libâneo (2004, p. 113), o papel do diretor escolar deve ser entendido como “um líder, uma pessoa que consegue aglutinar as aspirações, os desejos, as expectativas da comunidade escolar e articular a adesão e a participação de todos os segmentos da escola na gestão de um projeto comum”, ou seja, sua responsabilidade reside em saber mobilizar, articular, delegar e não em tomar decisões sozinho. Uma gestão democrática e colaborativa é essencial para que as pessoas se sintam pertencentes e responsáveis pelas ações que vão qualificar o ensino oferecido aos alunos.

Em análise aos documentos a que tivemos acesso, pudemos observar que há um volume consistente de publicações e orientações acerca das diretrizes da Secretaria da Educação no sentido de fortalecer a implementação de uma educação inclusiva de qualidade. Entretanto, estas publicações se concentram no final da década de 1990 e meados da década de 2000.

As revistas com os Planos Anuais, com os roteiros para elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos, as agendas do professor, entre outros materiais, deixaram de ser editados. Eles permaneceram embasando as práticas da rede e, em grande parte, profissionais que participaram deste momento histórico e das grandes discussões de base acerca de uma educação de qualidade para todos seguiram trabalhando para esse fim.

Em contrapartida, houve grande investimento em estrutura, acessibilidade e formação. O município seguiu garantindo todos os direitos previstos nas leis federais e também criou leis municipais para garantir e qualificar o acesso das pessoas com deficiência. Equipamentos e cargos foram criados: Centro de Atenção ao Desenvolvimento Educacional (CADE), com ampliação dos cargos de Professor Assessor de Educação Inclusiva (PAEI) para orientação aos professores com alunos com deficiência matriculados em suas salas de aula; adesão e ampliação ao Atendimento Educacional Especializado (AEE); criação do cargo de Agente de Inclusão Escolar (AIE), para auxiliar os alunos com deficiência que necessitam de troca, locomoção, alimentação. Enfim, a rede municipal conta com um aporte humano e material de peso e qualidade.

Em relação ao papel dos diretores escolares na condução deste processo dentro das escolas, alguns relatos iniciais trazem a sensação, por parte dos sujeitos, de que faltam diretrizes mais claras e um acompanhamento mais próximo, a partir da rotina escolar, por parte das instâncias superiores. Discussões de base a partir de um aporte teórico que qualifique a prática dentro das escolas também foram apontadas como uma deficiência para uma gestão mais consistente e mais propositiva para a constituição de uma cultura escolar inclusiva.

## 5 CONCLUSÕES

A abrangência do tema “Educação Inclusiva”, sua dimensão e importância para a rede municipal de Santo André, são inegáveis. Em contrapartida, o tema ainda carrega polêmicas, incertezas e tensões, ao mesmo tempo em que vem ao encontro do desejo de que a escola seja um lugar de respeito e equidade, onde a aprendizagem de qualidade não seja privilégio de alguns, mas direito de todos.

Partimos do princípio de que a escola deve ser um lugar de aprendizagens significativas e desenvolvimento para todos, independente de qualquer diferença de classe social, credo, gênero, habilidades ou dificuldades dos indivíduos..

A política adotada pelo município orienta as escolas na construção de um projeto político pedagógico que garanta que os desejos e necessidades da comunidade escolar sejam atendidos. Que os alunos se constituam como cidadãos de direito e de deveres, corresponsáveis pela construção de uma sociedade mais justa e democrática. É importante ressaltar que, para que essa política funcione satisfatoriamente dentro das escolas, é necessária uma interface com uma rede de apoio organizada e atuante, somando elementos para que a pessoa com deficiência tenha todos os seus direitos garantidos, não só o direito à educação.

Esta mesma política deve dar condições para que o gestor escolar, juntamente com a coordenação pedagógica da escola, articule as ações que vão levar ao cumprimento desses objetivos, levando toda a comunidade escolar a trabalhar, conjuntamente, para isso.

Entretanto, é possível considerarmos que, estas condições dizem respeito não só à estrutura física, material ou humana antes há que se investir na transformação interna dessa escola. É necessário voltar ao princípio norteador da prática pedagógica, que é o de transformar pessoas através do acesso ao conhecimento, ao desenvolvimento de suas habilidades e potencialidades e através do sentimento de pertencimento e cooperação, onde as diferenças não excluem. Antes, elas somam e juntas transformam a todos.

Libâneo (2001, p. 9) define a cultura da escola como o “conjunto de fatores sociais, culturais, psicológicos que influenciam os modos de agir da organização como um todo e do comportamento das pessoas em particular”. Portanto, a organização escolar tem que considerar os aspectos culturais que caracterizam as escolas de maneira diferenciada. Tais aspectos, segundo o autor, constituem o que se conhece por currículo oculto, ou seja, diretrizes que, ainda que tacitamente, atuam de forma importante na forma como a escola funciona e nas práticas dos seus profissionais.

Na questão específica dos alunos com deficiência, há que se juntar a isso toda a expectativa, anseios e medos que todos os envolvidos depositam nessa relação. O trabalho deve garantir que os objetivos propostos no projeto político pedagógico sejam realmente para todos, no sentido da humanização e não da normalização. Equacionar essa afirmação num tempo onde o imediatismo e a realização dos desejos individuais muitas vezes se sobrepõem aos interesses do coletivo consiste num desafio para os diretores escolares, imbuídos em sua responsabilidade social com a efetivação da inclusão escolar.

Muitos esforços vêm sendo realizados para efetivação desse trabalho, embora saibamos que o caminho ainda é longo e árduo. As pessoas têm que ser provocadas positivamente para que o trabalho coletivo convirja para o mesmo objetivo.

Há muito que aprender, compartilhar e fazer, mas estamos no caminho certo.

## REFERÊNCIAS

BATISTÃO, Sandra Paula da Silva. **Educação Inclusiva ou Educação para todos? Contribuições da teoria histórico-cultural para uma análise crítica da realidade escolar.** 2013. f.147 Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-13112014-094153/pt-br.php>. Acesso 22 maio 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de documentação, 2019. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso: 29 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da**

**Educação Inclusiva.** MEC. Brasília: Imprensa oficial, 2008.

CARVALHO, Rosita Edler de. **Educação inclusiva:** Com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. Goiânia: ernativa, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo, Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Abrindo a escola às diferenças. In: \_\_\_\_\_. (Org.) **Pensando e fazendo educação de qualidade.** São Paulo: Moderna, 2001. p. 109-123.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. PRIETO, Rosângela Gavioli. **Entre Pontos e contrapontos.** In: ARANTES, Valéria Amorim (Org). **Inclusão Escolar.** São Paulo, Summus, 2006.

MENEZES, E.T. de; SANTOS, T. H. dos. Verbete Declaração de Salamanca. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira -Educabrasil.** São Paulo: Midiamix, 2001.)

NASCIMENTO, Amanda Sousa Batista do. **A política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva:** o processo de implementação na rede municipal de Santo André (2008-2016). 2018. 288 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://bibliotecatede.uninove.br/bitstream/tede/1913/2/Amanda%20Sousa%20Batista%20do%20Nascimento>. Acesso em: 15 maio 2019.

PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ. **Lei orgânica municipal de 02 de abril de 1990.** Disponível em: [http://www.cmsandre.sp.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=473&Itemid=24](http://www.cmsandre.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=473&Itemid=24). Acesso em: 07 jul. 2020.

SOUSA, Janaina Efigênia de. **A política pública de inclusão educacional de pessoas com deficiência na rede pública municipal de Santo André.** 2013. 94 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública), Universidade Federal de Juiz de Fora, MG, 2013. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=1008773](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1008773). Acesso em: 30 abr. 2019.

PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ. Estação gente Educação Inclusiva: Plano 1997. **Revista da Secretaria de Educação e Formação Profissional.** São Paulo, 1997.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: CORDE, 1994.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos.** Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, Tailândia, 1990.

---

<sup>1</sup> Sobre os autores: **Maraligia Silva** é estudante do Mestrado Profissional em Educação - Docência e Gestão Educacional – na Universidade Municipal de São Caetano - Uscs, Graduação em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do ABC - São Caetano do Sul - Uscs. **Alissandra Marques Freitas** é estudante do Mestrado Profissional em Educação - Docência e Gestão Educacional na Universidade Municipal de São Caetano – Uscs. Licenciada em Pedagogia. **Sanny Silva da Rosa** é Doutora e Mestre em Educação pela PUC-SP. Graduada em Pedagogia pela PUC-SP. Tem estudos pós-graduados em Políticas Educacionais pelo IOE / University College of London. É Professora e pesquisadora do Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Municipal de São Caetano do Sul - Uscs. Linha de pesquisa: políticas e gestão educacional..

**Como citar este artigo:** SILVA, Maraligia; FREITAS, Alissandra Marques; ROSA, Sanny Silva da. Políticas de inclusão escolar de alunos com deficiência no município de Santo André – SP. Revista Educação, Cultura e Sociedade, vol. 11, n. 3, p. 85 – 94, Edição Especial 2021. DOI: <http://doi.org/10.30681/2237-1648>

A **Revista Educação, Cultura e Sociedade** é uma publicação da Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil, iniciada em 2011 e avaliada pela CAPES.

E-mail da Revista: [revistaedu@unemat.br](mailto:revistaedu@unemat.br)

**Indexadores:** DOAJ – REDIB – LATINDEX – LATINREV – DIADORIM – SUMARIOS.ORG – PERIÓDICOS CAPES – GOOGLE SCHOLAR